

MOZAMBIQUE 135

DEVELOPMENT

News reports & clippings no. 135 from Joseph Hanlon
3 September 2008 (j.hanlon@open.ac.uk)

GUEBUZA INSISTS THAT POVERTY HAS DECLINED

Dondo (Mozambique), 24 Aug (AIM) – Mozambican President Armando Guebuza on Friday declared that those who argue that poverty has not declined in Mozambique suffer from “a deficit of information”, that does not allow them to have a full view of what has been done over the past 16 years of peace and reconstruction.

Speaking at a press conference in the town of Dondo, at the start of a working visit to the central province of Sofala, Guebuza said the idea that there has been no real reduction, or even an increase, in poverty, is completely wrong.

Instead, the country had changed dramatically from the scenario of desolation and absolute penury that marked Mozambique at the end of the war of destabilisation in 1992. Many Mozambicans had been pulled out of the pit of poverty to which the war had condemned them, and there could be no doubt that Mozambique was in much better shape now than 16 years ago.

A glance at the expansion in the education and health services, in the national electricity grid, and in the fixed and mobile telecommunications networks clearly showed that “the Mozambique of today is much better than the Mozambique of yesterday”.

Many thousands of children no longer have to follow in their parents’ and grandparents’ steps and walk long distances to school, because there are now schools close to their homes. Similarly the distances that must be walked before reaching a health unit or a water source have been cut, Guebuza added. Movement around the country had also been eased by the great improvement in the quality of the roads.

“Previously, we scarcely had any of this”, he said, “and this is all proof that we are overcoming poverty, that we are improving our lives, that poverty is on the decline”.

“It’s a fact that there are still many poor Mozambicans”, said Guebuza. “It’s a fact that we need more schools, more hospitals and much more. But it’s also a fact that today’s Mozambique is another Mozambique, much better than before the war ended”.

Guebuza also pointed to the mushrooming of institutions of higher education, public and private, over the past decade and a half. This too would speed up the battle to end poverty, he argued, since “the best weapon in this fight for prosperity is knowledge, which will ensure that each Mozambican masters science and technology”.

The President also called on all Mozambicans to work harder than in the past, in order to accelerate the end of poverty. With more work, particularly in agriculture, it would be possible to achieve self-

sufficiency in food, he claimed. This was more important than ever, due to the soaring costs of imported food.

Guebuza insisted that the government is committed to ending the hunger and penury still felt by millions of rural Mozambicans. That was the reason why the government had introduced the annual fund of seven million meticaís (about 280,000 US dollars) for each of the country’s 28 districts, to be invested in food production and job creation. That fund, he added, has now risen to nine million meticaís a year.

But the most important factor in overcoming poverty, Guebuza stressed, was not money, but the conviction that victory is possible. Each Mozambican, he said, “must believe it is possible to defeat poverty”.

Without this, no matter how much money and resources are thrown at the problem, there will be no solution, he warned.

(AIM) Gm/pf (577) 90808E

Redução da pobreza é uma realidade no país - afirma Chefe de Estado, Armando Guebuza

O PRESIDENTE da República, Armando Guebuza, diz estarem errados os que afirmam que a pobreza em Moçambique não registou um decréscimo, pois aqueles que assim pensam têm um “défice de informação”, que os impede de ter uma visão completa do quanto se fez nos últimos 16 anos de paz e reconstrução do país.

Maputo, Segunda-Feira, 25 de Agosto de 2008:: Notícias

Respondendo a uma pergunta colocada pela AIM, durante a conferência de Imprensa na sede do distrito de Dondo, e que marcou o início da sua visita de trabalho de quatro dias à província central de Sofala, no quadro da sua presidência aberta que lhe tem levado a percorrer todo o país, Guebuza disse de forma categórica e convicta, que a visão da inexistência da redução ou de um incremento da pobreza não é correcta e, antes pelo contrário, reflecte um défice de informação.

Ele venceu que já se fez muito no país, e que mudou radicalmente o ambiente desolador e de penúria que, virtualmente, afectava todos os moçambicanos no fim da guerra dos 16 anos em Moçambique, que terminou em 1992. Guebuza arrolou uma série de factos para sustentar a sua tese de que o país registou de facto muitos avanços socioeconómicos tão visíveis a olho nu, e que se traduziram no resgate de muitos moçambicanos da pobreza abismal em que haviam sido atirados por aquele conflito que opôs o governo e a Renamo, entanto que tentáculo do então regime do “apartheid” da África do Sul, para no fim dizer que o Moçambique de hoje, é muito melhor que o paupérrimo de há 16 anos.

“O Moçambique de hoje é muito melhor que o de ontem”, disse todo firme e com ar convicto, dando, como exemplos, o facto de que o país agora conta com muitas infra-estruturas tais como escolas, hospitais, estradas, redes de energia, telefonia móvel e fixa, tanto nas cidades como nas zonas rurais, onde nunca antes tinham sido construídos mesmo durante os mais de 500 anos da colonização portuguesa. Ele destacou que hoje, mais do que nunca, milhões de crianças e jovens já não têm que percorrer longas distâncias para irem à escola, à semelhança dos seus avôs ou dos seus pais.

Isso deve-se à existência de escolas próximas das zonas onde nasceram ou vivem, do mesmo modo que os seus pais também já não têm que percorrer longas distâncias à busca de

água potável como acontecia antes da construção de mais fontanários e de outras fontes daquele precioso líquido.

“Na verdade, as longas distâncias que as populações eram forçadas a percorrer até um hospital, fontanário ou uma escola, para caso das crianças e jovens ainda em idade escolar, foi em muitos casos encurtada”, disse Guebuza, acrescentando que esse encurtamento de distâncias tornou-se ainda mais curta, porque o país já conta com mais estradas asfaltadas e transporte público.

“Antes, não tínhamos quase nada disto. Tudo isto prova que estamos a acabar com a pobreza, melhorar as nossas vidas e que a pobreza está a reduzir”, disse, antes de um idoso que estava próximo de mim, dizer que para ele, só os milhares de carros que agora inundam as cidades moçambicanas é outra prova de que há muitos moçambicanos que saíram de facto da pobreza.

“No tempo em que eu nasci, e mesmo quando a guerra da Renamo terminou em 1992, os moçambicanos que tinham um carro próprio contavam-se aos dedos de uma mão. E mesmo esses, eram carros velhos que caíam de podre e não novos como agora”, rematou o ancião, insistindo em dizer que o Presidente tem razão quando diz que estamos a deixar de sermos pobres, se bem que não somos todos que nos estamos a livrar desse mal.

Como que para concordar com este ancião, que disse ter 86 anos e chamar-se João Madeira, Guebuza também diz ser “um facto que ainda temos muito que fazer na luta contra a pobreza”.

“É um facto que ainda há muitos moçambicanos pobres. É um facto que precisamos de mais escolas, mais hospitais e muito mais. Mas também é um facto que o Moçambique de hoje é outro Moçambique, muito melhor que o de antes do fim da guerra”, venceu.

Ele lembrou que há 16 anos, havia muito poucas escolas para servir todas as crianças do país, poucos hospitais para atender todos os doentes, mas que, agora, já há mais hospitais e escolas em todos os 129 distritos que se distribuem pelas 10 províncias moçambicanas.

Guebuza diz estar ciente que o seu número ainda é insuficiente, e que ainda não possuem a qualidade que seria de desejar.

Recordou que até ao fim da guerra em 1992, o país só possuía uma universidade na capital Maputo, mas que hoje, já existem mais universidades que se estão a expandir pelas outras províncias.

Esta multiplicação de instituições de Ensino Superior irá acelerar ainda mais o combate à pobreza, porque a melhor arma para esta luta pela prosperidade, é o conhecimento que fará com que cada moçambicano domine a ciência e a tecnologia, explicou Guebuza. GUSTAVO MAVIE, da AIM

ANÁLISE - O lado bom e o mau dos sete milhões de meticais

Por Gustavo Mavie, da AIM

É INEGÁVEL que a decisão de se atribuir um fundo de investimentos a cada um dos 129 distritos de Moçambique seja uma medida nobre e sábia do Governo do Presidente Armando Guebuza, e que pode resgatar milhões de camponeses da pobreza abismal.

Contudo, parece haver muitas evidências de que urge fazer acertos na sua atribuição e, acima de tudo, na gestão, para que os sete milhões (cerca de 290 mil dólares) produzam os frutos que deles se esperam.

Maputo, Sexta-Feira, 29 de Agosto de 2008:: Notícias

Uma análise fria e realista mostra que, apesar de ser uma iniciativa louvável, os critérios para a sua atribuição e gestão não parecem ser os mais correctos, pois pode-se tornar num daqueles medicamentos que, apesar de curar um certo mal, acaba por não surtir nenhum efeito, devido à sua má aplicação, ou por falta de conhecimentos sobre a sua administração.

Por outro lado, os relatórios referentes à concessão dos sete milhões, bem como os relatos das comunidades beneficiárias deixam claro que algo está mal, e que urge corrigir os métodos da sua atribuição e gestão, para melhorar a eficácia deste remédio contra a doença da pobreza, se é que assim podemos dizer.

Isto porque a experiência secular da humanidade prova que há pouca gente capaz de prosperar recorrendo ao investimento ou aplicação correcta e sábia do dinheiro na sua posse, mesmo quando adquirido através de empréstimos.

A maioria de nós carece de uma visão clara e ideias, e mal sabe aplicar o dinheiro para multiplicá-lo de uma forma prudente e, assim, capitalizá-lo até gerar lucros e transformar o investidor, num grande empresário.

É por causa dessa incapacidade congénita, de que a maioria de nós padece, que nos países com uma longa e grande tradição na arte ou ciência de investir, a semelhança dos EUA, apenas um número limitado dos que decidem enveredar pelo negócio acabam por ser bem sucedidos e prosperar.

Para uma melhor compreensão daquilo que nos leva a insistir que não basta ter dinheiro ou beneficiar dos empréstimos dos aludidos sete milhões, basta tomar o caso de uma caneta, em que a caligrafia depende da mão que a maneja.

No caso dos fundos que se investem ocorre o mesmo, isto é, poderão produzir lucros ou prejuízos, em função de cada investidor, tal como a mesma caneta produz caligrafias diferentes, em função da mão que a manipula.

Este exemplo pode parecer simplista demais, mas explica que para se ter uma boa caligrafica, o segredo não está na caneta, mas sim na mão que a manipula, do mesmo modo que para que os empréstimos atribuídos sejam o remédio para a cura da pobreza em Moçambique, devem ser atribuídos em condições que possam garantir a produção dos resultados desejados.

Não podemos ter ilusões, porque somos tão pobres neste século das luzes, século XXI, porque não dominamos a ciência e a técnica de que tanto falava o nosso saudoso Samora Machel, como primordial para o povo tomar o poder. Somos pobres, apesar de o nosso país estar debaixo de uma imensa riqueza, porque carecemos de conhecimentos que hoje fazem prosperar outros povos que, outrora, eram tão pobres como nós.

Mais do que nunca, hoje em dia pode-se ter tudo, mas isso não basta porque estamos numa era da revolução do conhecimento. Hoje, países como a China e a Índia estão na conquista imparável da prosperidade, porque já contam também com um bom número de cidadãos que dominam a ciência, técnica e outras habilidades.

São pessoas capazes de conceber e implementar na prática os seus projectos. Já não vivemos no tempo de Adam Smith e David Ricardo, em que só o trabalho bruto era quase quanto bastava para a criação de riqueza. Agora, o trabalho continua sendo fonte de riqueza, mas apenas quando temperado com o conhecimento.

Queiramos ou não aceitar esta tese da revolução do conhecimento, o facto é que mesmo em países como os EUA ou o Japão, o grosso dos que se aventuram na actividade empresarial acabam fracassando, apesar de a sua maioria serem pessoas escolarizadas e que estudaram em universidades e politécnicas.

É óbvio que o risco de fracassar entre nós será ainda maior, sobretudo nos compatriotas do campo, onde reina o analfabetismo, pois aqueles que analisam, seleccionam e aprovam os projectos, bem como os beneficiários dos fundos são, grosso modo, pessoas que pouco ou nada entendem de questões económicas, e muito menos de contabilidade e gestão de grandes valores.

Como prova de que os critérios de atribuição dos fundos de investimento local não são os mais correctos, é o baixo nível de retorno dos empréstimos concedidos, actualmente calculado entre 0 e pouco mais de três por cento.

Estes valores são insignificantes, considerando as baixíssimas taxas de juros destes créditos, e a depreciação monetária devido à inflação.

Algo que pode agravar o problema, e transformar esta medida num tiro pela culatra, ao invés de matar a pobreza, é o facto de a maioria dos camponeses não dominar as técnicas das actividades que se propõe investir, uma situação exacerbada pela existência de pouca gente disposta a restituir os empréstimos.

Como dizia Cristo, a maioria das pessoas não gosta de pagar as suas dívidas, incluindo aquelas que conseguem multiplicar os créditos de que se beneficiaram.

A tendência humana é sempre evitar honrar as suas dívidas e gastar o que se vai ganhando com a multiplicação daquilo que se obteve dos créditos, noutras coisas que lhes são impelidas pela sua ganância ilimitada. Isso não constitui novidade, porque todos sabemos que esta é a tendência normal dos homens.

Ora, tratando-se de um fundo atribuído pelo Estado, o mais provável é que haverá muita gente que dele beneficiará de uma forma merecida ou corrupta.

Aliás, nos casos de nepotismo, o beneficiário não se sentirá, digamos assim, persuadido ou na obrigação de reembolsar, nem sequer em chumbo, aquilo que recebeu em ouro. Muitos irão preferir construir com esse dinheiro mais mansões ou comprar carros 4x4, para si, suas queridas esposas e, para completar a roda, para as suas concubinas, em vez de investi-lo para ter lucros e restituir os empréstimos.

Se isso ainda não está a acontecer, não tenho dúvidas de que já se encontra numa fase de gestação rápida, e que não tardará muito ouvirmos dizer que há gente que assim o fez com os empréstimos contraídos em nome do empreendedorismo.

URGE DEFINIR FORMAS DE GESTÃO

Para maximizar a eficácia destes fundos, entendemos ser imperioso que se afinem todos os mecanismos da sua atribuição e, acima de tudo, da sua gestão, pelo menos nos primeiros anos.

Para o efeito, julgo que nos podemos aproveitar da experiência de certos bancos, a semelhança dos britânicos, para a atribuição de empréstimos a quem queira investir pela primeira vez na sua vida, ou numa nova área de actividade.

Neste caso, os bancos britânicos dispõem de peritos, cuja missão é dar assistência técnica aos novos investidores, até que sejam capazes de continuar por sua conta e risco.

Por regra, na altura em que tais peritos largam o acompanhamento, assistência e gestão dos fundos atribuídos, os beneficiários já terão passado a lição e até repostos quase na totalidade os seus empréstimos. Deste modo, evita-se a acumulação de prejuízos, como parece estar a acontecer com o fundo dos sete milhões em Moçambique, que agora tende a ser mais uma fonte de conflitos entre os governos distritais e as suas comunidades, ao invés de servir de um mecanismo para a erradicação da fome e da pobreza no país.

Acreditamos que esta prática pode evitar a perda dos fundos que se vão atribuindo. Julgamos que não se pode confiar a tarefa de seleccionar e aprovar projectos a um grupo de pessoas que, embora numeroso, integra maioritariamente gente que mal sabe ou domina aquilo de que se supõem servirem de juizes.

Com isso não pretendemos de forma alguma faltar o respeito às pessoas que integram os Conselhos Consultivos. Queremos apenas ser realistas e não atribuímos funções a quem à partida não está habilitado.

Para que a avaliação e selecção de projectos seja em função da sua viabilidade económica, há que envolver gente com conhecimentos tecnico-científicos apurados, e relacionados às áreas dos projectos submetidos.

É que só pessoas com formação académica ou com uma larga experiência estão em condições de fazer uma avaliação correcta, e chegar a uma conclusão sobre a viabilidade económica de um determinado negócio.

Por aquilo que nos foi dado ver e entender, tanto na presidência aberta do ano passado, como na que está agora em curso, há claras evidências de estarmos numa situação trágica, onde “um cego conduz outro cego”, porque tanto os que avaliam os projectos, como os que têm de os executar – que são grosso modo os seus proponentes – não dominam as suas áreas de actividade.

Ora, se é que entendemos bem o que vimos e ouvimos, então há que mudar tudo e começar tudo de novo, caso contrário este remédio, que chamamos aos aludidos sete milhões, não vai curar a pobreza, apesar do seu enorme potencial.

Na verdade, bastaria recorrer a outras experiências que há por esse mundo fora, para se garantir que estes créditos sejam de facto instrumentos de luta contra a fome, pobreza e desemprego como tem preconizado o Presidente Guebuza.

Outras experiências, para além da adoptada pelos bancos britânicos, revelam que com estes fundos pode-se financiar a criação de parques de maquinaria e equipamento agrícola, que pode ser colocada à disposição dos camponeses de uma determinada região.

Esse parque seria gerido por uma entidade independente, e que apenas iria prestar serviços aos camponeses, como seja o desbravamento das florestas, cultivo e gradação das terras para estar apta às sementeiras, ou fazer a colheita.

Esta prática já está em voga em quase todos os países ocidentais, como a Alemanha, onde testemunhei “in loco”, a sua eficácia.

Os parques têm a vantagem de evitar que cada camponês seja forçado a comprar todo o equipamento que precisa. Assim, ele aplica os seus capitais em coisas mais simples e baratas e, deste modo, evita fazer sozinho grandes investimentos em coisas que ele só precisa em determinadas alturas do ano.

Nesses países, o que se pede ao camponês é o pagamento de uma certa taxa ou contribuição para a manutenção dessas pesadas máquinas, ou para se poder pagar os salários dos

técnicos que garantem a sua manutenção e dos seus operadores.

Na minha visita à Alemanha, fiquei a saber que são estas máquinas que fazem o grosso do trabalho pesado, e que garantem que um punhado de farmeiros seja capaz de produzir tanta comida para alimentar os milhões dos seus compatriotas e ainda restar tanto para exportar pelo mundo fora.

Nessa altura, já lá vai um bom par de anos, apenas quatro por cento da população alemã, na altura calculada em pouco mais de 50 milhões, dedicavam-se à agricultura, mas, mesmo assim, esse punhado de farmeiros produzia comida suficiente para alimentar os seus compatriotas, e ainda dar para exportar.

Isto mostra que quem sabe usar correctamente os meios a sua disposição acaba tendo um rendimento máximo. Mesmo aqui no Zimbabwe, o sucesso dos farmeiros brancos devia-se à existência de parques do género, para além do apoio e créditos concedidos pelo Estado, cuja gestão era feita por uma empresa privada independente.

A mesma empresa cuida de providenciar técnicos agrícolas para zelar das questões técnicas.

Há estudos que agora provam que foi precisamente a falta duma empresa do género que conduziu ao fracasso dos farmeiros zimbabweanos que tentaram se instalar na província central de Manica, em Moçambique.

Fracassaram porque já não contavam com os fabulosos créditos bancários que tinham no seu país, mas, acima de tudo, porque já não tinham quem gerir os seus fundos e dar-lhes assistência técnica e as máquinas que precisavam para desbravar ou cultivar as terras que lhes tinham sido atribuídas.

Para se evitar que os fundos sejam gastos em coisas que não têm nada com aquilo que se apresentou no projecto, deve se evitar dar dinheiro vivo aos beneficiários, e dar-lhes apenas os meios de que precisam para executar os seus projectos. Por exemplo, se alguém diz que quer aplicar o dinheiro fazendo agricultura ou pesca, deve-se apurar aquilo que o proponente precisa e disponibilizar os meios solicitados. O dinheiro poder apenas ser concedido para a aquisição de certos insumos de custo módico, ou para o pagamento de salários até à primeira colheita. Mas nunca e jamais deveria se disponibilizar todo o saco azul.

Mas, como dissemos, mesmo depois de se lhes dar os tais meios e lançar-se à obra, se não forem empreendedores já comprovados na área, deve se ter sempre o cuidado de acompanhá-los e dar assistência técnica, até que sejam capazes de andar com os seus próprios meios.

Não se deve ter vergonha nem medo de lhes vigiar ou acompanhar de perto, ou mesmo fiscalizar, porque eles não são ainda donos do dinheiro que estão a investir, daí ser imperioso que o Estado cuide de garantir que vai recuperar os créditos concedidos.

Há quem poderá dizer que o Estado não tem capacidade para assistir todos os beneficiários desses empréstimos, mas julgamos ser menos oneroso optar por esta via, do que dar-se ao luxo de amarrar milhões de meticais na perna de crocodilos, como se diz na gíria popular.

Pensamos que o país já tem gente suficiente com formação nas áreas financiadas por estes sete milhões, e que podem ser mobilizados para constituir equipas

técnicas ou de peritos do tipo à semelhança das que trabalham nos bancos britânicos.

Concluindo, reitero que os créditos atribuídos aos distritos são bom remédio para curar a pobreza que causa o sofrimento e encurta a vida dos milhões dos nossos compatriotas que nelas vivem, mas urge adoptar medidas para evitarmos o lado mau de que agora nos debruçamos ao longo deste artigo.

Gustavo Mavie, da AIM

Cresce produção do frango nacional

A PRODUÇÃO do frango nacional registou um crescimento assinalável ao longo dos últimos quatro anos, como resultado de medidas governamentais para controlar as importações e incentivar os produtores nacionais o que contribuiu para o desenvolvimento da indústria avícola.

Maputo, Segunda-Feira, 25 de Agosto de 2008:: Notícias

Algumas destas regras incluem a importação do frango num prazo inferior a 80 dias após o abate e o pagamento de direitos aduaneiros às autoridades moçambicanas.

Informações da Associação Moçambicana de Avicultores (AMA) indicam que a produção cresceu 20 por cento entre 2006 e 2007, enquanto que no primeiro trimestre do presente ano se registou um crescimento de 0.4 por cento comparativamente a igual período do ano passado.

No presente ano de 2008, a indústria avícola espera produzir 30 milhões de pintos. Até 2005, a indústria do frango operava somente a 10 por cento da sua capacidade.

Neste crescimento, a componente do processamento foi a que mais se notabilizou em relação a outras actividades, tais como a comercialização, transporte, abertura de unidades de produção, aquisição de incubadoras ou abertura de novas fábricas de rações.

Segundo Jake Walter, da TECNOSERVE, empresa que presta assessoria aos avicultores, “as empresas não conseguiam comprar o frango dos pequenos produtores e estes, por sua vez, não conseguiam pagar as dívidas junto à banca. Por seu turno, as fábricas de rações também não cumpriam os seus compromissos junto dos financiadores”.

Para agravar esta situação, os criadores e produtores nacionais operavam com dificuldades em consequência das elevadas quantidades de frango congelado importado de alguns países como o Brasil, vendido a preços baixos e que sufocava o consumo do frango nacional.

Jake Walter entende que a competitividade no contexto da economia global é um dos factores que salvou a indústria avícola nacional.

“Hoje, a produção do frango comercial aumentou em 400 por cento comparativamente a 2004”, disse Walter que acrescentou que “a acção do Governo para reduzir a concorrência desleal e melhorar a qualidade e peso do frango nacional ajudaram a dar um outro rumo à avicultura em Moçambique”.

Para a AMA não é somente a produção que aumentou. As campanhas feitas em todo o país para o consumo do frango nacional, os investimentos nas unidades de produção, fábricas de rações, incubadoras, matadouros, bem como na saúde animal ajudaram a incutir nos avicultores nacionais a consciência de competitividade.

Apesar destes avanços, algumas dificuldades persistem na actividade avícola, nomeadamente a escassez de apoio aos produtores para a aquisição de matérias-primas ou expansão das suas actividades, a fraca disponibilidade do crédito bancário devido às taxas de juros altas, o quase inexistente investimento nos matadouros e a persistência de importações pouco clarificadas de frango do exterior.